



COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IGARAPÉ PRETO NO PARÁ: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

QUILOMBOLA COMMUNITY OF IGARAPÉ PRETO IN PARÁ: HISTORY AND SOCIAL TRANSFORMATIONS

Waldemar Borges de Oliveira Júnior¹
Raimundo Arnaud Martins²

RESUMO

O objetivo do estudo foi de apresentar a comunidade quilombola de Igarapé Preto, ratificando sua história e transformações sociais, percebendo suas manifestações culturais e religiosas, bem como suas transformações econômicas, focando em aspectos da vida cotidiana e seus costumes, valores e imagens de figuras importantes para a comunidade local. Como metodologia, adotou-se a pesquisa bibliográfica, realizada em periódicos qualificados, dissertações de mestrado e teses de doutorado, assim como em livros. Realizou-se ainda entrevista semiestruturada com moradores da comunidade para consubstanciar o objeto da pesquisa. Foi possível evidenciar que a comunidade de Igarapé Preto tem passado por muitas transformações na economia, na cultura, na religião e no modo de vida de seus membros. A pesquisa demonstrou que atualmente as mudanças são visíveis aos olhos dos moradores da vila de Igarapé Preto. Embora essas mudanças venham ocorrendo de forma gradativa, ainda há muito a ser feito, e a comunidade organizada vem lutando para alcançar os ideais almejados pela população. Também foi possível observar que a comunidade de quilombola de Igarapé Preto conseguiu, a partir de lendas e histórias, preservar sua imagem, sendo que agora é preciso não deixar toda essa riqueza cultural se perder. É necessário que sejam feitas parcerias entre entidades públicas e as comunidades, e entre os próprios cidadãos, para que a história possa continuar a ser narrada.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Quilombolas. Igarapé Preto. Transformações Sociais.

ABSTRACT

The objective of the study was to present the quilombola community of Igarapé Preto, confirming its history and social transformations, realizing its cultural, religious and economic transformations, focusing on aspects of daily life and their customs, values and images of important figures for the community of Black Igarapé. As a methodology, bibliographical research was adopted in qualified periodicals, master's dissertations and doctoral theses, as well as in books, a semi-structured interview was also carried out with community residents to substantiate the research object. It was possible to show that the community of Igarapé Preto has gone through many transformations in the economy, culture, religion and way of life of its members. The research showed that currently the changes are visible to the eyes of the residents of the village of Igarapé-Preto. Although the changes have been occurring gradually, there is still a lot to be done, but the organized community has been struggling to achieve the ideals sought by the population. You can see that the quilombola community of Igarapé-Preto managed, based on legends and stories, to preserve its image and now we must not let all this cultural wealth get lost. It is necessary that partnerships be made between public entities and communities, between citizens, so that history can continue to be narrated.

KEYWORDS: Quilombo communities. Black Igarapé. Social Transformations.

¹ Doutorando em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Mestre em Docência em Educação em Ciências e Matemática (UFPA). Especialista em Relações Étnico-Raciais para o Ensino Fundamental (UFPA) e Licenciado em Ciências Naturais (UFPA). É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (Núcleo GERA-NEAB/UFPA). E-mail: waldemarjuniorcn@gmail.com.

² Professor de História da Prefeitura Municipal de Baião no Pará. E-mail: raimundoarnaudmartins22@yahoo.com.



1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas - sua cultura, seus valores, sua religião e sua identidade - são uma herança viva da história brasileira. A história da nossa pátria não foi construída somente de fatos heroicos, com homens letrados lutando mais pelos seus próprios benefícios do que pelos dos demais. Muito de seu alicerce foi construído por mãos escravizadas, mãos de homens e mulheres que lutavam forçados, nas plantações, por causas alheias. Sem essas mãos, que foram obrigadas a ajudar a desenvolver a nossa economia, o Brasil não teria tido seus tempos de glória e não teria chegado até aqui.

Conhecer a história heroica da nossa pátria é importante para a formação do cidadão. Quando se coloca em pauta a luta dos negros e a formação dos quilombos (SILVA, 2010), as instituições educacionais têm um leque riquíssimo sobre as conquistas do Brasil. E é nesse aspecto, de histórica vitória de nosso país, que foi aprovada a Lei nº. 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e seus diversos documentos legais, que tornam obrigatória a temática da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os segmentos da Escola Básica. Atender à referida legislação significa ir de encontro com as desigualdades traçadas pela literatura especializada (HERINGER, 2002; AGUIAR, 2008), que afeta a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira e compromete o projeto de construção de um país democrático, com oportunidades para todos.

Nessa premissa, os princípios normativos ainda sinalizam sobre a importância de debates a respeito de comunidades de quilombos, já que são incontestáveis suas áreas remanescentes em todas as regiões do Brasil, como comprovam vários estudos citados por Ratts (2001). No caso da comunidade quilombola de Igarapé Preto, objeto desse trabalho, ele obteve um papel importante na história do Município de Baião-Pará, influenciando na cultura e nos costumes regionais, assim como em outros aspectos sociais.

Diante disso, a pesquisa em questão objetiva apresentar a comunidade quilombola de Igarapé Preto, ratificando sua história e transformações sociais, percebendo suas manifestações culturais e religiosas, bem como suas transformações econômicas, focando em aspectos da vida cotidiana e seus costumes, valores e imagens de figuras importantes para a comunidade local.

2 METODOLOGIA

Como metodologia para obtenção de dados, optou-se primeiramente pela pesquisa bibliográfica em periódicos qualificados, assim como em dissertações de mestrado e teses de



doutorado. O levantamento realizado consubstanciou o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como a leitura de literatura especializada.

Como etapa posterior, foram realizadas, em um período de dois meses, entrevistas semiestruturadas com dez moradores mais idosos da comunidade de Igarapé Preto, localizada na cidade de Baião, no Estado do Pará. A pesquisa de campo ocorreu de forma descritiva, observando-se e analisando-se fatos essenciais sobre o questionamento geral do estudo. Os dados coletados foram analisados na perspectiva da pesquisa qualitativa descritiva que, segundo Gil (1999), tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

3 A COMUNIDADE DE IGARAPÉ PRETO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

3.1 Histórico da Comunidade de Igarapé Preto em Baião, Estado do Pará

A introdução em grande escala de africanos na Amazônia ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período, constatamos maior inserção de contingentes de escravizados africanos no Grão-Pará, e sua intensificação se dá em meio ao contexto das medidas pombalinas, com o intuito de promover a restauração econômica de Portugal. Para viabilizar essa recuperação, foram criadas as Companhias de Comércio (OLIVEIRA, 1985).

As comunidades de Remanescentes de Quilombos no Brasil enfrentam diversos obstáculos na garantia de seus direitos, principalmente na questão agrária. No contexto atual, falar de quilombo e dos remanescentes quilombolas é falar da luta que esses remanescentes vêm travando há mais de vinte anos pelo reconhecimento do direito que eles têm à posse da terra.

As principais características das comunidades remanescentes de quilombos é que a maioria delas são predominantemente rurais, onde são realizadas atividades de subsistência e extrativismo, agricultura, pesca, pecuária tradicional, artesanato e agroindústria tradicional. Geralmente, as comunidades conjugam territórios individuais, para cada família, e áreas de uso comum (coletivo), onde se configuram as atividades produtivas de maior porte.

A comunidade de Remanescente de Quilombo de Igarapé Preto está localizada na zona rural, às margens da antiga rodovia PA-156, no KM 76 da (Transcametá - Tucuruí), que hoje é denominada BR-422, pertencente à Associação de Remanescente de Quilombos de Igarapezinho à Baixinha – ARQIB, entre os municípios de Baião, Oeiras do Pará, Bagre e Mocajuba.



Segundo o relato do senhor Domingos Machado, conhecido pela Fundação Curro Velho como mestre de “samba de cacete”, “o início da história da fundação de Igarapé Preto foi em 1900, quando pessoas negras vieram para cá, logo após a libertação da escravidão, tinham africanos, franceses da Guiana Francesa” (MACHADO, 2019).

Ainda segundo o relato do senhor Domingos Machado, “os caçadores Raimundo Paca, o senhor Ventura, Gercilau Rodrigues Machado encontraram um igarapé na mata, que deram o nome de “retiro grande”. Assim começaram a fazer barracos cobertos de palhas de inajá, pau roliço amarados com timbui e escada de jabuti” (MACHADO, 2019).

A comunidade recebeu o primeiro nome de “Retiro Grande”, pois muitos lavradores produziam sua farinha neste local, sendo que ainda hoje é chamada pelos mais velhos apenas como “Retiro”, embora com menos ênfase. Segundo informação da senhora Raimunda Arnaud, que atualmente é a moradora mais velha da comunidade, “o atual nome se deu devido a cor escura da água do igarapé que acompanha toda extensão da referida vila” (ARNAUD, 2019).

Segundo os depoimentos de Domingos Machado, Leoncio Machado e Raimunda Arnaud, a primeira família a se instalar na comunidade foi a família Ventura, seguida respectivamente de outras como do senhor Vicente, apelido “Piranga”, Francisco Miranda de Rodrigues (Coroa), Raimundo Machado (Paca), Verônico e outros. Essas famílias eram descendentes de negros (escravos fugitivos) que vieram dos municípios de Cametá e Mocajuba-PA, em busca da extração do leite da maçaranduba, do óleo da copaíba, couro da onça, castanha do Pará (produtos muito procurados na época) e acabaram ficando e dando origem a uma pequena povoação, com apenas cinco ou seis casas feitas com paus roliços cercadas com palha de inajá e coberta com palhas de ubim. Não eram usados pregos na construção das casas, as palhas e paus eram amarrados com cipós “titica” e “escada de jabuti”, na época muito comuns na mata.

Em relação à agricultura, eram cultivados mandioca (principal produto), milho, arroz, feijão, batata doce e outros, dos quais apenas alguns eram comercializados para que se pudesse comprar os produtos que a comunidade não produzia. Outros objetos domésticos eram confeccionados pelos próprios moradores da vila, utilizando-se matérias-primas como madeira e argila.

Atualmente, grande parte dos moradores do Quilombo de Igarapé Preto trabalham nas suas roças com produtos diversificados como farinha, arroz, milho, macaxeira, frutas, verduras, pimenta do reino e açaí. Outras pessoas trabalham em serrarias ou são funcionários públicos, mas muitos dependem diretamente dos programas sociais do governo federal como aposentadoria, bolsa família e seguro defeso.



Os adultos possuem, em média, o Ensino Fundamental incompleto, e as crianças e adolescentes frequentam a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) oferecida nas escolas dos municípios de Baião e Oeiras do Pará. Conforme dados obtidos durante a pesquisa, as casas possuem água encanada e luz elétrica, o que possibilita a existência de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos.

Sua população aos poucos começa a aumentar, o que conseqüentemente força os moradores a se organizarem como comunidade, tornando-se assim a essência das reivindicações dos direitos da população, o que convergiu para obtenção de melhoramentos no local. Outro fator que contribuiu para o melhoramento e crescimento da vila foi a abertura da PA-156, atual BR-422, ocorrida aproximadamente em 1985. Com isso, foi possível melhorar o escoamento da produção agrícola e o aumento do tráfego de pessoas.

Hoje, as mudanças são visíveis aos olhos dos moradores da vila de Igarapé Preto, principalmente para os mais antigos. Ressaltamos que muitas dessas mudanças, apesar de não serem ponderadas nas entrevistas, também são oriundas dos movimentos sociais da comunidade, incluindo o Movimento Negro. Todas essas mudanças vêm ocorrendo de forma gradativa. Assim, ainda há muito a ser realizado, mas a comunidade organizada vem lutando para alcançar os ideais almejados pela sua comunidade.

3.2 Manifestações Culturais

A cultura brasileira é resultado de várias culturas que se misturaram ao entrarem em contato umas com as outras, ao longo do tempo. Os imigrantes europeus, os indígenas e os negros africanos trazidos como escravizados são os povos que serviram de base para formação da atual cultura brasileira. Neste sentido, o contexto social e cultural é de extrema importância sendo que, conforme Claval (1999), o que definimos como nossa cultura estará na base de nossas lembranças.

Neste sentido, de acordo com Claval (1999), cultura é o reflexo da intervenção humana no meio natural e social que cria códigos, sinais e comportamentos, que identifica grupos específicos e cria condições adequadas para satisfazer suas necessidades e que está sujeita a transformações devido às relações entre grupos étnicos e sociais. As manifestações culturais populares surgem das necessidades primeiras de trocas simbólicas e materiais para a sobrevivência em comunidade, ligadas a questões que vão da moradia à alimentação, da saúde à fé.

Apesar de não defender nesse texto, compreende-se que existem autores(as) que mencionam que alguns grupos sociais cultivam sua cultura original com mais ênfase, como é o caso dos povos indígenas e dos moradores das comunidades quilombolas. Dessa maneira, algumas delas



estão em processo de resgate de parte da sua própria cultura, que acabou se transformando ao entrar em contato com culturas de diferentes povos devido ao advento do processo de evolução das vilas e comunidades, juntamente com o avanço das tecnologias, dos meios de comunicação e transporte. Todo esse avanço pode ser chamado de “expansão urbana” (BECKER, 2005), um fenômeno que acaba causando impactos na vida das populações que vivem em comunidades tradicionais, sejam eles de natureza econômica, social, religiosa, ambiental ou cultural.

Segundo o senhor Leôncio Machado, “atualmente, tem visto uma voraz descaracterização cultural que aflige a comunidade de Igarapé Preto, o que preocupa os interessados na preservação da dinâmica cultural popular do lugar. A crescente invasão urbana neste quilombo tem feito, inclusive, com que ofícios tradicionais, como a coleta de frutos, pesca e a caça artesanal, venham sofrendo a pressão exercida pelas opções de trabalho no serviço público e pela divisão (privatização) da terra que surgiram ao longo do tempo” (MACHADO, 2019).

Outra mudança bastante significativa é sobre as danças e festas que aconteciam na comunidade, que segundo os depoimentos do senhor Domingos Machado e do senhor Leôncio Machado, que ao longo do tempo vem perdendo força como é o caso das festas religiosas de São Sebastião, Santa Maria e Nossa senhora de Aparecida atual padroeira da vila, que já não são organizadas como antes, com tanta intensidade, a dança do mastro, que era realizada durante as procissões, hoje acontece com menos entusiasmo, pois, foi proibido a venda e o consumo de bebida alcoólica nas festas religiosas. Vejam o que o senhor Leôncio Machado fala sobre as festas e a dança dos mastros.

Os mais velhos foram se acabando e os mais novos não tem muita disposição para organizarem, hoje eles preferem realizar bailes particulares, que ai fazem as festinha individual, cada um faz sem compromisso, a maior parte então visando seu lucro, pelo menos esta questão que a igreja adotou fazer festa sem bebidas e a maioria não gosta muito disso, gosta mesmo é da bagunça....onde tem a bebida que é lá que eles estão, então a igreja adotou este sistema que nem todos aceita, ai eles fazem as festas deles, bota a bebida e na eminência de lucrar (MACHADO, 2019).

Com base na fala do senhor Leôncio Machado, entendemos que as tradições culturais da vila de Igarapé Preto estão sofrendo fortes influências do sistema capitalista. Antigamente, as pessoas organizavam festas para comemorar ou homenagear uma divindade, sendo que o lucro, quando existia, era destinado parte para a paróquia e parte para a comunidade. Atualmente, as pessoas estão organizando suas festas particulares visando somente o lucro. Mas apesar do forte processo de descaracterização das atividades culturais na vila de Igarapé Preto, ainda encontramos pessoas interessadas em recuperar e manter viva suas atividades culturais, como é o caso de Diogo



Machado, Djalma Ramalho, Domingos Machado e Leôncio Machado, que conseguem manter e expandir a tradição cultural não só da vila de Igarapé Preto, mas também das vilas adjacentes.

Os remanescentes de comunidades quilombolas têm hábitos e costumes vindos de uma cultura rica, sendo que muitos, até hoje, reproduzem o que era feito pelos seus antepassados. As cantigas, as danças de rodas, o artesanato em barro e em palha, além dos rituais religiosos e sociais, são exemplos de tradições que mesmo com todas as dificuldades permaneceram vivas ao longo do tempo nestas comunidades (GONÇALVES, 2008).

Na comunidade de remanescente de quilombo de Igarapé Preto há uma forte influência da cultura africana pois, segundo informações de moradores, a maioria deles são descendentes de escravizados africanos que trabalhavam nos engenhos de produção de açúcar e cachaça localizados em Igarapé-Miri, além de outros que vieram de vilas localizadas em municípios vizinhos como Cametá e Mocajuba. É possível perceber essa influência em vários aspectos como na religiosidade, na culinária, nos ritmos musicais e no vocabulário.

A música e a dança nessa localidade surgiram a partir de mutirões ou companhias que homens e mulheres faziam para plantar, derrubar e colher suas produções. Os mutirões eram bastante animados pois, ao término de cada trabalho, as pessoas participavam de uma comemoração na qual cantavam cantigas criadas pelos próprios trabalhadores, sendo que eles próprios criavam as letras e tocavam os instrumentos (ARNAUD, 2019).

Segundo o senhor Domingos Machado, o “samba de cacete” caracteriza-se pelas roupas coloridas (saias longas e rodadas para as mulheres, calças brancas e camisas estampadas para os homens) e um ritmo alegre e contagiante, onde as mulheres dançam girando e gesticulando conforme a letra da música, esquivando-se para que os cavalheiros não as toquem. Essa dança sempre é acompanhada com rodadas de vinhos, cachaça e gengibirra (uma mistura de cachaça com gengibre). Os instrumentos usados no samba de cacete são o tambor de pau, com uma das extremidades forradas com couro de veado, e pedaços de pau (cacetes), que são usados para bater no corpo do tambor. As letras das músicas são muito antigas e retratam todo o sacrifício e sofrimento dos negros no seu cotidiano. Atualmente, a vila de Igarapé Preto possui um grupo de samba de cacete, mas que não se apresenta com muita frequência.

Outra tradição que também está perdendo força dentro da comunidade é a dança com o mastro, muito comum nas festas das comunidades quilombolas. Essa dança foi introduzida na maioria das comunidades rurais e em algumas cidades do interior. O senhor Domingos Machado relata que o “mastro” é um pedaço de madeira extraído da mata, de aproximadamente 3 a 3,5 metros de comprimento, que é descascado e enfeitado com ramos e flores naturais da região. No dia da arrição do mastro, ele sai da casa de quem o derrubou no ano anterior, carregado por



várias pessoas que cantam e dançam cantigas populares, acompanhadas de muita bebida. Ao chegarem no local da festa, o mastro é erguido. No final da novena da festa ele é derrubado e carregado novamente por populares.

Já o samba reggae passou a ser organizado na comunidade em meados de 2010 pelo senhor Djalma Ramalho, atual secretário da ARQIB. São utilizados instrumentos de percussão, quase todos confeccionados por participantes do grupo, na maioria jovens e adolescentes da comunidade, sendo que eles tocam, cantam e dançam músicas de matriz africana.

3.3 Identidade Quilombola

Historicamente, a representação da identidade de comunidades de remanescentes de quilombos perpassa pela lógica econômica do período colonial, quando houve o incentivo à adoção da mão de obra negra como mercadoria pela Coroa Portuguesa. Os estudos de Moura (2007) e Almeida (2006) revelam que foi a partir da absorção dos escravizados pelos grandes proprietários de engenhos que houve a construção da identidade escravocrata enquanto país que adotou esse sistema. É a partir da lógica do latifúndio monocultor que se manifesta a existência social do negro, ainda que não os inserisse verdadeiramente como sujeitos na sociedade. Neste contexto, cabe destacar que o braço escravo importado se destinava à realização de todos os trabalhos de exploração da colônia sob as piores normas, onde castigos corporais eram comuns aos infratores. Oliveira (2003) destaca a importante mudança ocorrida entre o colonizador e o negro africano assim que estes chegaram ao solo brasileiro.

Ainda que a escravização tenha sido abolida, a relação imposta entre os senhores e os negros pouco mudou. Até hoje as grandes propriedades de terra ainda pertencem aos grandes latifundiários e às grandes empresas, elitizando o acesso à terra. Desde então, tem-se uma divisão social do trabalho e política bem definida e uma corrida desigual pelas posses das terras, além da condição social perversa imposta desde que este sistema foi implementado pelos colonizadores. Situação esta que, ainda nos dias de hoje, pode ser observada tanto nos grandes centros urbanos (periferias e subúrbios) como nas zonas rurais (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Oliveira (1985), em busca de uma vida digna, os negros começaram a reagir à escravidão, realizando verdadeiras rebeliões nas fazendas. Grupos de escravos conseguiram fugir e formar comunidades organizadas, bem parecidas com o que existia na África, onde todos poderiam gozar da sua liberdade. Essas comunidades eram os famosos quilombos. Neles, tinham a liberdade para praticar suas culturas, falar suas línguas africanas e exercer seus rituais religiosos. Sabe-se que, durante o período da escravidão, as comunidades quilombolas situavam-se em locais escondidos e

fortificados entre as matas, sendo que havia centenas delas espalhadas pelo Brasil. Vivendo de acordo com a sua cultura original, plantavam e produziam em comunidade.

As comunidades de remanescentes buscam junto aos órgãos governamentais o seu reconhecimento como tal para que possam usufruir efetivamente dos direitos e garantias. Podemos citar como exemplo o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das comunidades dos quilombos de que aborda o artigo 68 do ADCT, conceitua como remanescentes de comunidades quilombolas os grupos étnicos, conforme critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Quando ligamos a identidade ao pertencimento, estamos certos de que ela também se apoia na história e na cultura dessa população. Logo, o pertencimento, a origem, as crenças dos quilombolas não devem ser vistas como algo estático, fixo e imutável, pelo contrário, há elementos de dinamicidade e de reapropriações dos sujeitos no interior da comunidade. (GOHN, 2008).

O reconhecimento da identidade étnica implica tanto nas ações internas quanto externas. Os quilombolas se relacionam com as instituições públicas numa luta incansável em prol do reconhecimento da comunidade enquanto remanescentes de quilombo e buscam a permanência no local através da regularização fundiária. Vale ressaltar que quando se fala em permanência dos quilombolas na terra, não é a terra pela terra, mas a conquista do espaço enquanto construtor de história e de memória do povo. Esses fatores contribuem também para o reconhecimento de uma identidade étnica que implica nas ações internas.

Durante muito tempo, a população de Igarapé Preto não tinha conhecimento da sua origem, o que dificultava sua identificação como remanescentes de quilombos e provocava uma desorganização entre a população, dificultando a busca por melhores condições de vida e garantias de seus direitos como acesso à educação, assistência médica, transporte e principalmente o direito à terra.

Segundo informações da senhora Deonata Machado, que foi uma das fundadoras da ARQIB e sua primeira presidente, “durante a década de 1990, foi feito um trabalho intenso para conscientizar a população da importância de se reconhecerem como remanescentes de quilombos, pois, muitas pessoas até os dias atuais não se aceitam como quilombolas” (MACHADO, 2019).



Segundo a senhora Deonata Machado, “isso pode ter acontecido devido a relação das pessoas da comunidade com culturas diferentes e assim gerar o ato de aculturação, dificultando a identificação e o reconhecimento da sua própria cultura; outra hipótese, é que muitas famílias ficaram com medo de perder suas terras devido terem sido mal informados sobre as normas e funcionamento de um quilombo” (MACHADO, 2019).

O processo de reconhecimento só ganhou força após a fundação da Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapezinho a Baixinha, quando pessoas envolvidas com o assunto, como o senhor Ernesto Mendes, Deonata Machado, Domingos Machado, Eupídio da Glória Torres (Goianinho) e outros passaram a lutar para garantir direitos básicos para a comunidade. Uma das principais lutas foi a posse da terra, uma vez que esta estava sendo invadida pelos grileiros, fazendeiros e madeireiros que vieram do sul do país.

Com a organização da ARQIB, pessoas vinculadas ao movimento negro e entidades como o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Fundação Raízes e Curro Velho vieram à comunidade fazer o trabalho de explicitação sobre a organização das comunidades negras. A partir daí formou-se o grupo cultural “Raízes ARQIB”, formado por crianças e adolescentes que trabalham com danças regionais, e que reforça entre eles o reconhecimento pela identidade quilombola. Segundo informações concedidas pelo secretário da ARQIB, senhor Djalma Ramalho, atualmente cerca de 80% da população Igarapé Preto se identifica como negro e remanescente de quilombo. Aos poucos, os moradores da vila de Igarapé Preto estão entendendo que é da cultura dos negros africanos que derivam vários dos costumes hoje praticados no nosso país, e a importância que os seus antepassados tiveram na construção e no fortalecimento econômico do Brasil.

3.4 Fundação da Associação Quilombola de Igarapé Preto

Segundo o relato da senhora Raimunda Arnaud, residente da comunidade, “a comunidade de Igarapé Preto surgiu em meados dos anos 70, com a luta de algumas pessoas da comunidade, como os senhores Guardino, Ernesto, Verônico, Acelino e Domingos Machado. Por algumas vezes receberam a visita do padre Tiago, o qual deu um incentivo muito grande para a existência do trabalho cristão” (ARNAUD, 2019). A senhora Raimunda Arnaud relata ainda que “foi fundada primeiro a comunidade de Pampelônia, logo depois a foi fundada a comunidade de Igarapé Preto, e posteriormente foi fundada a comunidade de Teófilo” (ARNAUD, 2019).

Rememorando a história, de acordo com Munanga e Gomes (2006), a história da escravidão mostra que luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizam o que se convencionou



chamar de “resistência negra”, cujas formas variam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos. De inspiração africana, os quilombos brasileiros constituíram-se estratégias de oposição “a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos” (MUNANGA, 1996, p. 63). Desse modo, os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito à sua humanidade.

O principal destes movimentos, a Balaiada, de cunho social, por reunir as massas oprimidas (pobres, índios, fugitivos e prisioneiros), opunha-se aos abusos dos proprietários de terras e aos comerciantes portugueses, tendo nos quilombolas apoio ostensivo até o fim do combate, com destaque para a figura de Negro Cosme, considerado um dos mais importantes personagens da luta contra a escravidão (SILVA, 2008).

Visitando o passado, de forma resumida pode-se constatar o seguinte: quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada de “homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema” como definem Munanga e Gomes (2006, p. 72). Muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade de o negro viver em liberdade, em um espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar sua dignidade (SILVA, 2008).

Assim, tendo como marcas incontestes a resistência e a organização, essas comunidades negras rurais têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica. Demanda essa legítima, na medida em que o Estado brasileiro contraiu uma dívida secular com a população negra, formando assim, juntamente com outras classes sociais marginalizadas, o que Ariano Suassuna chama de Brasil real em contraposição ao Brasil oficial das classes privilegiadas (SILVA, 2008).

As comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica constitui a base de suas vivências cotidianas, bem como das ações políticas levadas a efeito pelas entidades que lutam pelos seus direitos.

Em entrevista na comunidade de Igarapé Preto, a senhora Cecília dos Santos relatou: “A comunidade de Igarapé Preto surgiu de um grupo de pessoas que antigamente dava-se o nome de companhia. Era um grupo de pessoas que se reunia para roçar, capinar, plantar etc.” (SANTOS, 2019). De modo geral, esses povoados são caracterizados pelo sistema de uso comum da terra,



base essencial para um modo de vida norteado por valores, onde os laços de consanguinidade e compadrio têm relevância com o cumprimento de ritos recebidos dos antepassados. Assim, é possível afirmar que isso constitui-se em um elemento aglutinador no processo de preservação de uma identidade étnica, cuja ligação com o passado contribui para a manutenção de práticas sociais e culturais singulares em um espaço próprio, onde prevalece o uso coletivo de bens materiais e imateriais que compõem um patrimônio simbólico, preservado pela memória também coletiva.

Passadas quase três décadas da publicação do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, e mais de dezoito anos da publicação do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombolas, atualmente, a luta continua nos âmbitos jurídico e educacional

Uma iniciativa do poder público foi o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004 sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem como objetivo articular ações “transversais, setoriais e interinstitucionais”, juntamente com a sociedade civil. Em entrevista, a senhora Cecília dos Santos e Maria Francisca Rodrigues relataram: “Com o surgimento da associação quilombola no final da década de 90, tivemos um grande avanço. Tivemos uma negociação com a Eletrobrás, conseguimos construir a igreja católica. Doamos para a Eletrobrás uma área de terra de 100x100, para a construção da subestação, em troca recebemos a igreja, medindo 10x20, foi entregue mobilhada, a área da igreja mede 45x10”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo brasileiro pretende desenvolver projetos que permitam, ao mesmo tempo, a preservação das comunidades, a restauração dos costumes, o desenvolvimento cultural (com a criação de grupos de dança, música e artesanato, cujo incentivo de exibição será nacional e internacional) e a melhoria da agricultura, já que esta é a principal atividade rentável das comunidades.

A comunidade quilombola de Igarapé Preto, localizada no Município de Baião Pará, é uma expressão viva do nosso passado, de um passado que talvez não tenha sido tão glorioso, pois não há nada de louvável em escravizar pessoas, porém, ela faz parte da nossa história. O que se pode avaliar é a questão da preservação de um dos ícones culturais dos quilombolas e suas descendências, que são parte do livro da vida de Baião, do Pará e do Brasil. E é necessário que sua memória, costumes e tradições sejam preservadas.



Os primeiros formadores da comunidade de quilombolas de Igarapé Preto tentaram criar um ambiente acolhedor e sustentável, que suprisse suas necessidades (de moradia e alimentar). Em entrevista, observou-se na trajetória de construção da comunidade quilombola de Igarapé Preto os progressos econômicos, sociais e culturais, fatores importantes para a sobrevivência das pessoas desta comunidade.

A comunidade de quilombola de Igarapé Preto conseguiu, a partir de lendas e histórias, preservar sua imagem e agora é preciso não deixar toda essa riqueza cultural se perder. É necessário que sejam feitas parcerias entre entidades públicas e as comunidades, entre cidadãos, para que a história possa continuar a ser contada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR; Márcio Mucedula. “Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. **Tempo da Ciência**, 15 29. p. 115-133, 2008. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20Marcio.%20Raca%20e%20desigualdade..pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARNAUD, Raimunda. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (55 minutos).

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**. v. 19, 2005, p. 71-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.



CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 14 jul. 2019.

GONÇALVES, Dilza. **A memória na construção de identidades étnicas**: um estudo sobre as relações entre “alemães” e “negros” em Canguçu. 2008. 146p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18, 57-65, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/sqxP3HJB58RwMKVHNPCdNyw/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 14 jul. 2019.

MACHADO, Deonata. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (46 minutos).

MACHADO, Domingos. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (40 minutos).

MACHADO, Leoncio. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (50 minutos).

MENDES, Ernesto. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (30 minutos).

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 2007

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo, Editora Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>.
Acesso em: 12 jan. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Rachel. Projeto Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil: um ensaio de ações afirmativas. In: **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

RAMALHO, Djalma. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (20 minutos).



RATTS, Alecsandro. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro. In: FONSECA, Maria de Nazareth Soares (Org.). **Brasil afrobrasileiro**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

RODRIGUES, Maria Francisca. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (38 minutos).

SANTOS, Cecília dos. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (33 minutos).

SILVA, Adilson Rodrigues. Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim/MS, v.1, n., p. 203 - 215 •jan./jun.2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Waldemar%20J%C3%BAnior/Downloads/Dialnet-FenomenoQuilombola-3715349.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SILVA, Denise Oliveira et. al. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, supl., p.83s-87s, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/hTScyMrzn9Fp359QFfKt6rN/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SILVA, Joseane Maia Santos. Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. **Centro de Estudos Superiores de Caxias UEMA**. 2008. Disponível em: <http://www.palmareis.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

TORRES, Eupidio da Gloria. **Entrevista** [fev. 2019]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2019. 1 arquivo. mp4 (36 minutos).

Enviado em: 26/09/2021
Aprovado em: 04/01/2022